

## NOTA DE REPÚDIO E INDIGNAÇÃO

O Sindicato Nacional dos Empregados Bancários de Angola–SNEBA, tem vindo a acompanhar quotidianamente com muita apreensão e indignação a situação prevalecente no sector Bancário, com reiteradas acções hostis contra os trabalhadores, pondo em causa a dignidade e protecção destes “guerreiros”. Daí, esta nossa **Manifestação de Repúdio e Indignação**.

Os processos de reestruturação em curso na generalidade dos bancos do mercado vão causando dissabores a muitos colegas/filiados do Sindicato. Alguns destes processos não têm obedecido aos critérios legais na sua implementação prática, resultando daí os inúmeros despedimentos que, diariamente, a sociedade angolana tem vindo a observar. Tal tem originado um sentimento de Repúdio e Indignação generalizado.

O Sindicato não é contra os planos de reestruturação e digitalização de processos de trabalho na Banca que visam a adequação desta aos níveis internacionais aceitáveis, mas desde que os trabalhadores não sejam subjugados e submetidos à tortura psicológica, coação, intimidação, assédio moral e outras formas inadequadas, como se tem verificado em muitos Bancos.

O recente processo de privatização do BCI, na opinião do Sindicato Nacional do Empregados Bancários de Angola, é exemplo disso. O IGAPE, como entidade que, em nome do Governo, liderou o processo, não acautelou os interesses dos trabalhadores que em muito contribuíram para que o Banco atingisse os patamares de distinção no mercado e constituísse o património que hoje ostenta. O IGAPE, em representação do Ministério das Finanças da República de Angola ignorou, simplesmente, os trabalhadores, permitindo que estes fossem submetidos a momentos amargos de hostilidade pela nova entidade empregadora. Os gestores do BCI, a coberto da famigerada Lei Geral do Trabalho vigente no País, desencadearam, assim, o plano de despedimento dos trabalhadores mais antigos, por via dos propalados acordos de cessação de contratos por “mútuo acordo”, estando estes a serem substituídos por outros, com salários míseros e contratos de trabalho de curta duração. É a promoção autêntica da precariedade neste Banco Comercial.

Além disso, os trabalhadores convidados a “auto despedirem-se” estão obrigados a assumir as dívidas, liquidando-as com os valores das compensações, se não forem perdoadas parcialmente. É uma injustiça, visto estes não deram causa para os “auto-despedimentos”. O mais justo seria que o Banco assumisse este passivo ou, no limite, repassasse estas responsabilidades ao IGAPE. Também este facto que merece a **Manifestação de Repúdio e Indignação** do SNEBA.

Os planos de reestruturação e digitalização na Banca, não devem esquecer que o factor humano terá sempre de estar presente. Nas operações tradicionais da Banca, o homem nunca será substituído na sua plenitude pela máquina. É uma falácia evocar este discurso enganador.

O Sindicato apela rigorosamente ao respeito e dignidade do Bancário. Não haverá “Banqueiros Promissores”, sem Bancários dedicados e dignificados profissionalmente como seres humanos.

O estabelecimento de metas deve ter em conta os limites da capacidade humana. O Homem, enquanto ser indispensável, não é máquina, e a máquina, conseqüentemente, nunca nfará de Homem.

Metas sim! Mas metas com respeito e tratamento cordial e cívico. A Banca precisa de Gestores e não de Esclavagistas. A Banca precisa de Banqueiros comprometidos com a classe e Bancários dedicados e laboriosos.

O SNEBA repudia veementemente os actos do anti-sindicalismo prevalecentes em muitas Instituições Bancárias nacionais, em flagrante desrespeito à Constituição da República de Angola e das Convenções Internacionais Subscritas por Angola, como Estado Soberano, Democrático e de Direito, actos que atentam contra às Liberdades Fundamentais dos cidadãos.

O SNEBA repudia a renitência e a arrogância de algumas administrações da Banca Comercial em não aderir o Acordo Colectivo de Trabalho do Sector (ACT), instrumento indispensável para relações laborais justas.

SNEBA: O Valor da União!

Luanda, 26 de Novebro de 2022  
O Secretariado Executivo Nacional